

Relatório das atividades do Comando Nacional de Greve

Congresso Nacional

O Comando Nacional de Greve durante os últimos dias realizou diversas atividades no Congresso, inclusive, fez contato com a liderança do PT, a qual designou os deputados Wasni de Roure e Fátima Bezerra para intermediar a relação entre os servidores e governo.

Assim sendo, os deputados em questão juntamente com o líder do PT, Paulo Rocha, contataram o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que decidiu por receber o Comando Nacional de Greve na quarta-feira, 15.

Durante a semana o CNG participou junto com a CNESF no debate com os deputados da Comissão de Legislação Participativa sobre a inclusão de emendas na Lei de Diretrizes Orçamentárias tratando do reajustes dos servidores no próximo ano.

Audiência na Secretaria de Recursos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Representantes do Governo: Sérgio Mendonça (Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), Idel Profeta (Secretário de Relações Sindicais da SRH/MP) e Wladimir Nepomuceno (Diretor de Programas da SRH/MP).

Representantes do Comando de Greve: Moacir Lopes(PR), Sandro Alex(RJ), José Campos(RS), Rogério dos Reis(RJ), Vera Level(CE), Osvaldo Vicente(SC), Joana(CE), Gilmar Miranda(SP), João Torquato(DF) e Eduardo(SP).

Parlamentares: Fátima Bezerra (PT/RN) e Wasni de Roure(PT/DF).

Na tarde de ontem (15/06), o Comando Nacional de Greve foi recebido na Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A reunião foi aberta com a fala da deputada federal Fátima Bezerra(PT/RN) que disse ter sido designada juntamente com o Deputado Wasni de Roure, para intermediar a abertura de dialogo entre os servidores públicos e o Governo, em especial os do INSS, em virtude de ser este o movimento que dramaticamente mais afeta a população, pontuo também, a necessidade de discutir uma solução para a greve da saúde e da DRT, mesmo que essa se dê em outro patamar. Portanto seria necessário que o Governo encontrasse uma solução para por fim ao movimento antes mesmo da próxima reunião da Mesa Central do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que será realizada no dia 23 de junho do ano em curso.

Em seguida o Secretário de Recursos Humanos do MP passou a dizer que reconhece que o movimento de greve no INSS esta crescendo em todo país, mas que o governo mantém a sua posição, ou seja, de não atender a reivindicação especifica de nenhum setor, pois caso isto fosse feito certamente incentivaria outros setores do funcionalismo a entrar em greve. Disse ainda, ser necessário que o movimento reconheça as conquistas alcançadas pela categoria durante o atual governo, tal como o PCCS, pois na sua opinião existe um risco de o movimento acabar por fazer uma "soma zero", o que não representaria nada de positivo, nem para o governo, nem para o servidor, muito menos para a sociedade.

O Comando Nacional de Greve refutou essa argumentação, porque as conquistas da categoria não foram obtidas de graça e sim o resultado de greves conflituosas e apesar das conquistas terem sido importantes, infelizmente elas não foram suficientes para corrigir as distorções e injustiças que os sucessivos governos têm criado em pre-

juízo da categoria e do serviço público.

O Comando disse ainda ser necessário a abertura imediata de negociação efetiva com os servidores da seguridade social, Saúde, Trabalho e Previdência em greve, pois o governo não pode optar pelo caminho da intransigência, nem da ameaça, pois outro governo no passado tomou esta atitude e não deu bom resultado.

O Secretário respondeu dizendo que na realidade, na mesma linha do que já ele já havia dito, não existe previsão orçamentária este ano para tratar de alteração na Carreira do Seguro Social, que entretanto o governo estaria apresentando ao Comando Nacional de Greve um documento político dando conta da intenção de tratar o problema quando da reestruturação do INSS. Pois só assim se teria a dimensão do que seria a nova estrutura do Órgão, e que até esta oportunidade também já deverá ter chegado ao fim à discussão sobre o Plano de Diretrizes de Carreira. Na seqüência informou que este é o limite até o momento, já que a Secretaria de Recursos Humanos está executando a definição política do governo.

Já em relação à reestruturação do INSS, disse a representação do governo que foi criada uma Câmara Técnica composta por diversos setores do governo para debater é propor a adoção de medidas para tornar a instituição mais eficiente para atender a sociedade.

O Comando Nacional de Greve, disse ao governo que recebia com estranheza a informação de que haveria um debate sobre a reestruturação do Órgão, pois considera um absurdo que os servidores, que são aqueles que mais conhece a instituição não tenha sido chamados a participar do debate. Logo foi dito pelo governo, que na realidade estaria sendo feito um diagnostico sobre a estrutura e o funcionamento do Órgão e que em um segundo momento os servidores seriam chamados para o debate.

O Comando perguntou qual o tratamento que seria dado à greve dos trabalhadores da seguridade social e do trabalho (saúde/DRT), o governo respondeu que este assunto, não será tratado pela SRH e sim na Mesa Nacional de Negociação Permanente com o conjunto dos servidores federais, pois se trata de uma questão que demandaria um dispêndio de cerca de um bilhão e meio de reais, o que dependeria de uma decisão de governo, e que portanto não estaria autorizado a tratar do assunto. As questões específicas desses setores (47,11%), serão tratados no futuro.

Ao final da audiência ficou acertado uma nova reunião na SRH/MP para a próxima sexta-feira(17/06), oportunidade em que o governo ficou de apresentar o tal documento político, sobre a greve dos servidores do INSS.

AVALIAÇÃO

1. O governo reconhece o crescimento da greve e iniciou um contato oficial com o Comando de Greve, mas que ainda não pode ser caracterizado como negociação.
2. É necessário ampliar e fortalecer a greve combinando as caravanas a Brasília, com atos públicos e manifestações nos estados.
3. Fortalecer a greve transformando-a numa expressão da revolta popular com a denúncia de corrupção envolvendo o governo e o Congresso Nacional.
4. Organizar trabalho de pressão sobre a bancada federal do PT e PMDB nos Estados exigindo negociação e dotação de recurso para atender a reivindicações dos trabalhadores da Saúde, Trabalho e Previdência, inclusive com manifestações nos aeroportos e nas bases eleitorais.